

**GRIGOLETTO, Marisa. (2002) *A resistência das palavras – discurso e colonização britânica na Índia*. Campinas: Ed. Unicamp. 236p.**

*Paulo Rogério Stella\**

**O**s momentos de conflito desestruturam a normalidade e provocam reflexões sobre nosso modo de ação no mundo. O resultado disso são as reformulações de modos de vida, atitudes e pontos de vista sobre as coisas. Mas, o que dizer quando a crise é escamoteada, disfarçada e travestida de “associação, amizade e igualdade”? O que dizer quando a mudança refere-se à concessão da independência de um país? Como essa independência, historicamente buscada por meio de lutas e resistências, transforma-se em uma “transferência de poder por consentimento” do colonizador ao colonizado, “conseguido por meio de uma mudança pacífica”? Qual é o papel das palavras utilizadas nos discursos políticos dos colonizadores nesse contexto? Esses são alguns questionamentos tratados no livro *A Resistência das palavras – discurso e colonização britânica na Índia*, de autoria de Marisa Grigoletto.

As três grandes partes do livro constroem organizadamente um quadro sobre as relações discursivas entre o colonizador e o colonizado – entre os britânicos e os indianos – no momento da concessão da independência da Índia. A primeira parte oferece uma discussão teórica dos principais conceitos da Análise do Discurso, incluindo “sujeito”, “interdiscursividade”, além das questões de “semântica da enunciação”. A segunda parte perscruta o “discurso colonial” britâ-

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP – Pós-graduando.

nico sobre a Índia, discutindo e recortando alguns “caminhos de sentido” na relação entre o colonizador e o colonizado. A terceira parte desvela “sentidos de um discurso colonial em seu viés político”, tendo como pano de fundo interdiscursivo o ideal da “colonização como missão: sentidos do discurso colonial britânico sobre a Índia no século XIX”, observados no “discurso de independência” e nas “posições de enunciação e construção do ‘eu’ discursivo”.

Desde a introdução, percebe-se a constante preocupação com a fixação dos sentidos possíveis por meio de detalhadas definições, o que é característica comum, mas muito importante, daqueles cuja palavra é ferramenta de trabalho. Por esse motivo, a primeira discussão define e insere o texto em um “conjunto de investigações sobre a formação de identidades nacionais e políticas em uma situação de colonização” e demonstra a relevância do estudo pela falta de “pesquisas lingüísticas que abordem a constituição dos sentidos” dos discursos de “formação de identidades culturais”, de representação do “eu” e do “outro”, da “relação de colonização” e da “elaboração e propagação de uma cultura própria do colonialismo”.

Essa preocupação estende-se ao leitor em toda a primeira parte do livro, o qual é levado paulatinamente à formação de um panorama bastante preciso, porém, extremamente complexo da relação colonial entre o governo britânico e o indiano no momento da concessão da independência da Índia pelos britânicos. Esse processo inicia-se já na discussão da construção do quadro teórico, estabelecido dentro das fronteiras da análise de discurso desenvolvida na França, a partir do final da década de 60, que teve em Michel Pêcheux seu grande teórico com filiação à “semântica discursiva” de viés histórico, cuja definição dá-se como a observação da construção dos sentidos “em discursos reais que sofrem necessariamente uma determinação histórica”. Essa determinação é dada, primeiramente, pela consideração da linguagem como produtora de sentidos, da história como uma maneira de intervenção na língua “sob a forma de ideologia”, de um sujeito “tomado pela

concepção histórica e atravessado pelos discursos que o constituem e interpelado pela ideologia” e do objeto de análise – o discurso – como “materialidade lingüística e histórica ao mesmo tempo”.

O estabelecimento desse terreno de definições da ação nessa primeira parte do livro desemboca no viés de análise semântico-histórico-discursiva, ou seja, compreende as imbricações formadas entre as formulações da língua e as formulações da história – entre os “deslocamentos” e a “memória” – operados no “entrecruzamento de três caminhos: o da estrutura”, entendida como materialidade lingüística, “o do acontecimento”, entendido como o momento histórico do evento e o da tensão interpretativa entre a estrutura e o acontecimento, entendida como a memória discursiva presente no interdiscurso.

Estabelecido o campo de observação pela triangulação entre deslocamentos, memória e interdiscurso, os conceitos operatórios são delineados como a relação entre um sujeito posicionado historicamente, entendido como aquele que se coloca discursivamente, frente a um “interlocutor”, determinando certas escolhas enunciativas dadas pelas representações advindas da memória discursiva de ambos – sujeito e interlocutor, – o que abre espaço para o estabelecimento das “formações imaginárias” dentro das interseções nas regiões do interdiscurso. O sujeito constitui-se heterogeneamente em um “eu do discurso habitado pelo Outro do interdiscurso”, ou seja, apesar de possuir a ilusão de sujeito do discurso, ocupando a “posição de sujeito no acontecimento enunciativo” e fazendo “com que a língua seja afetada” por essa posição histórico-discursiva assumida, é transpassado pela memória e pela história discursivas. Entre enunciado como uma “prática social” de colocação da língua em funcionamento na relação com outros enunciados produzidos e constitutivos de uma prática lingüístico-discursiva dada pelo reiterável. E entre enunciação vista como o “acontecimento sociohistórico” que favorece o “repetível” e cujo sentido é dado discursivamente no acontecimento, ou seja, “na presença do interdiscurso”.

A efetivação da construção teórica acontece na segunda parte do livro, quando do estabelecimento do *corpus* de pesquisa, composto de textos produzidos “por vários locutores e em diacronia” divididos em dois momentos. O primeiro caracteriza-se pelo “discurso político britânico em um período de *transição*” de poder dos britânicos para a Índia, produzidos pela “administração e por políticos ingleses nos últimos cinco anos de existência da Índia como colônia britânica, a saber, de 1942 a 1947”. O segundo momento, entendido como a “memória” discursiva, configura-se por “textos produzidos no século XIX por missionários, educadores e políticos” sobre “os deveres e obrigações dos colonizadores para com a educação escolar e a conversão dos colonizados indianos ao cristianismo”.

A materialização da relação entre recorte do *corpus* e Análise do discurso dá-se no funcionamento discursivo do sujeito da enunciação, o “eu” discursivo, que se apresenta como o colonizador produtor de discursos sobre a transferência de poder para o colonizado indiano, interpelado pela ideologia da colonização advinda da memória discursiva colonialista. Nessa mesma relação, o enunciado apresenta-se como o discurso político produzido pelo colonizador em relação ao colonizado no acontecimento dessa transferência de poder; e a enunciação configura-se como as possibilidades lingüísticas fixadas em estrutura no momento histórico e político do acontecimento, considerando-se as representações dos sujeitos recortadas pela memória discursiva da colonização referentes aos discursos produzidos durante a expansão colonialista da Europa e da Inglaterra, em particular rumo à África e ao Oriente no século XIX. Esses discursos estabelecem uma divisão clara entre europeus conquistadores e outros povos colonizados pela oposição entre “civilização e tradição” européia e “selvageria nativa e barbarismo oriental”, justificando-se, dessa forma, o “colonialismo e a dominação econômica e política” como missão civilizatória dos povos europeus em relação aos outros.

Após esse minucioso percurso de seleção e categorização das propriedades lingüístico-discursivas e práticas relevantes para a análise, tem início a terceira parte do livro, constituída de uma análise documental relativa aos discursos políticos britânicos sobre a concessão da independência à Índia, objetivando a discussão das representações tanto dos indianos quanto dos britânicos e das relações entre eles. Essa discussão acontece lingüisticamente pelas formas de “designação” tanto do “processo de independência” quanto “da relação entre britânicos e indianos”, pelas formas de “predicação do processo de independência” e pela “relação enunciativo-dêitica expressa pelo pronome ‘nós’ e outras formas de ocupação da posição sujeito da enunciação”.

A questão do “peso de um discurso sobre a soberania e a igualdade” em um “momento de reconfiguração política, no interior de uma relação colonial que está prestes a chegar ao fim”, permeia a análise. Nesse contexto, observa-se um “congelamento” dos sentidos advindos de um “discurso colonialista típico” do século XIX, distinguindo uma cultura superior e outra inferior e operacionalizado na designação e na predicação do processo de independência pelas relações semânticas estabelecidas pelo sintagma “transfer of power” (transferência de poder) e outras possíveis formulações sinonímicas como: *The transfer of/ to transfer/ to hand over power/ responsibility/ authority/ functions/ burden/ machinery/ independence/ duties/ rights/ obligation/ obligations.*

Isso quer dizer que a conquista da independência transforma-se em “transferência”, amenizando o processo, contaminando os complementos predicativos, poder, responsabilidade etc., silenciando a luta e reafirmando os discursos advindos da memória colonialista em que o colonizado, mergulhado nas trevas de uma cultura inferior, portanto menos evoluído, somente adquiriria uma melhor posição na escala dos povos e culturas mais desenvolvidos, podendo, assim, guiar-se por si mesmo, após o processo de colonização, educação e evangelização – missão dos povos e culturas européias, superiores.

Quanto à “designação da relação entre britânicos e indianos”, a análise demonstra que o britânico fala da posição enunciativa do governante imperialista de poder legitimado pela missão civilizatória definida como essência, não reconhecendo a representatividade do outro, governado, pelo reforço dos limites da formação discursiva colonialista, mantendo-se, em conseqüência, uma diferença incommensurável entre o colonizado e colonizador. Isso acontece pelo estabelecimento da condição dos colonizadores e dos colonizados em relação à metáfora “Culturas existem em uma escala”, possibilitando a mensuração das diferentes culturas, “atribuindo a cada povo um determinado ponto na escala”. Em um extremo dessa escala, no “ponto mais baixo”, são colocados conceitos como ‘morte’, ‘escuridão’, ‘aprisionamento’ etc. No outro extremo, o “ponto mais alto”, aparecem conceitos como ‘vida’, ‘luz’, ‘liberdade’ etc.

Quanto à “relação enunciativo-dêitica expressa pelo pronome ‘nós’ e outras formas de ocupação da posição sujeito da enunciação”, a análise oferece a possibilidade da observação das variações do uso do “nós e da verificação de uma certa instabilidade discursiva no sistema referencial desse dêitico de pessoa, ora remetendo à memória imperial do governo britânico, ora incluindo o povo britânico junto com o governo e ora considerando o próprio povo indiano, determinando uma “fissura na posição de enunciação” do sujeito relativamente ao “lugar do império” como recorrente no interdiscurso advindo dos discursos da memória colonialista e a nova posição exercida “no espaço político-institucional” como principal nação representante de uma comunidade formada por povos anglófonos. Além da “irrupção do outro (colonizado) significando como sujeito político” dentro do discurso britânico.

As palavras da própria autora, em suas considerações, explicam e resumem a complexidade discursiva constituída por essa relação:

[...] as condições de produção específicas resultam em um discurso que se constrói na ambigüidade, pois joga com dois

opostos: aparentemente rompe com os sentidos do discurso colonialista somente para reiterá-los [...]. Trata-se de um discurso que busca estabelecer um “novo” sentido para o eu, o outro e a própria relação entre colonizador e colonizado [...]. Mas esses sentidos [...] são constantemente atravessados por sentidos opostos formuláveis no discurso colonialista. (p. 196)

A leitura do livro *Resistência das palavras – discurso e colonização britânica na Índia* traz-nos à mente a pergunta: para quem é o livro? Quem são os interlocutores previstos? Como já dito, o livro insere-se na área dos estudos culturais sobre o tema e preenche a lacuna da falta de estudos sobre a materialidade lingüística – o que o livro faz muito bem. Portanto, prevê leitores interessados em estudos culturais e na relação entre língua, história e discurso.

Mas não é só isso. Percebe-se ainda uma grande preocupação com o leitor pela organização argumentativa e pelas constantes e necessárias retomadas – o que deixa o texto coeso do ponto de vista de quem o lê, atendendo também a um leitor menos especializado na área de estudos culturais ou análise do discurso, mas que esteja interessado no assunto. As discussões teóricas, iniciadas com referência ao autor e ao texto original, com o detalhamento dos deslocamentos feitos, objetivando a estruturação da análise, e o minucioso tratamento dos dados relativos ao *corpus* de pesquisa, tornam o texto quase didático, oferecendo a possibilidade da utilização do texto para discussão metodológica – sobre constituição e recorte dos dados – e analítica em cursos de pós-graduação sobre análise do discurso de tradição francesa com abordagem não-subjetivista da subjetividade (Pecheux, 1975). Não bastando, as transcrições dos discursos em língua inglesa poderiam excluir alguns leitores não familiarizados com essa língua ou com textos políticos de estrutura sintática e léxico diferentes da linguagem cotidiana. No entanto, isso não acontece, pois os trechos dos discursos são cuidadosamente traduzidos em apêndice no final do livro, permitindo o acesso dos leitores que não dominam a língua inglesa.

Por esse motivo, se a autora nos permitir a ousadia, diríamos que a única imperfeição do livro é a modéstia da própria autora na consideração dos seus leitores, deixando de mencionar todo um público que, certamente, poderá se beneficiar com esse texto pertencente ao paradigma de trabalhos de fôlego em *Análise do Discurso*.